



**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO**

CONCURSO DE ADMISSÃO/2024  
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2025  
E NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE CAPELÃES MILITARES/2025

**012. PROVA OBJETIVA**

**CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR**

**ÁREA: MAGISTÉRIO HISTÓRIA**

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia as manchetes:

- Pequim se nega a receber jogo da Argentina em \_\_\_\_\_ a Messi

(<https://www.uol.com.br/esporte,10.02.2024>)

- \_\_\_\_\_ de Direitos na Rede aprofunda diálogo com ANPD sobre regulamentação de inteligência artificial

(<https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias,21.03.2024>)

- \_\_\_\_\_ ao mieloma múltiplo: novo tratamento aprovado no Brasil

(<https://saude.abril.com.br,29.03.2024>)

- Em sociedades \_\_\_\_\_, universidades devem ser os principais líderes sociais em justiça restaurativa

(<https://jornal.usp.br/,11.11.2022>)

De acordo com a ortografia oficial da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) retalhação ... Coalisão ... Contraataque ... multirraciais
- (B) retaliação ... Co-alizão ... Contrataque ... multi raciais
- (C) retaliação ... Coalizão ... Contra ataque ... multi-raciais
- (D) retaliação ... Coalizão ... Contra-ataque ... multirraciais
- (E) retalhação ... Coalisão ... Contra-ataque ... multi-raciais

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 07.

#### *O descobridor das coisas*

A gente vinha de mãos dadas, sem pressa de nada pela rua. Totoca vinha me ensinando a vida. E eu estava muito contente porque meu irmão mais velho estava me dando a mão e ensinando as coisas. Mas ensinando as coisas fora de casa. Porque em casa eu aprendia descobrindo sozinho e fazendo sozinho, fazia errado e fazendo errado acabava sempre tomando umas palmadas. Até bem pouco tempo ninguém me batia. Mas depois descobriram as coisas e vivem dizendo que eu era o cão, que eu era capeta, gato ruço de mau pelo. Não queria saber disso. Se não estivesse na rua eu começava a cantar. Cantar era bonito. Totoca sabia fazer outra coisa além de cantar, assobiar. Mas eu por mais que imitasse, não saía nada. Ele me animou dizendo que era assim mesmo, que eu ainda não tinha boca de soprador. Mas como eu não podia cantar por fora, fui cantando por dentro. Aquilo era es-

quisito, mas se tornava muito gostoso. E eu estava me lembrando de uma música que Mamãe cantava quando eu era bem pequenininho. Ela ficava no tanque, com um pano amarrado na cabeça para tapar o sol. Tinha um avental amarrado na barriga e ficava horas e horas, metendo a mão na água, fazendo sabão virar muita espuma. Depois torcia a roupa e ia até a corda. Prendia tudo na corda e suspendia o bambu. Ela fazia igualzinho com todas as roupas. Estava lavando a roupa da casa do Dr. Faulhaber para ajudar nas despesas da casa. Mamãe era alta, magra, mas muito bonita. Tinha uma cor bem queimada e os cabelos pretos e lisos. Quando ela deixava os cabelos sem prender, davam até na cintura. Mas bonito era quando ela cantava e eu ficava junto aprendendo.

(José Mauro de Vasconcelos. *O meu pé de laranja lima*, 1975. Adaptado)

02. Na rua com Totoca, o narrador sente-se

- (A) acolhido para viver uma realidade diversa daquela vivida em casa.
- (B) triste porque o irmão tinha o mesmo comportamento que em casa.
- (C) ansioso por achar difícil aprender os ensinamentos de seu irmão.
- (D) apreensivo com a possibilidade de o irmão dar-lhe umas palmadas.
- (E) extasiado com a vida fora de casa, onde poderia fazer o que quisesse.

03. Na passagem – Mamãe era alta, magra, mas muito bonita. Tinha uma cor bem queimada e os cabelos pretos e lisos. Quando ela deixava os cabelos sem prender, davam até na cintura. – prevalece o tipo textual

- (A) narrativo, com o qual o narrador relata momentos de interação com sua mãe, na lavagem das roupas.
- (B) injuntivo, com o qual o narrador estabelece um diálogo mais próximo com o leitor para falar de sua mãe.
- (C) dissertativo, com o qual o narrador faz uma análise subjetiva da beleza e da dedicação de sua mãe.
- (D) expositivo, com o qual o narrador elenca as qualidades físicas e morais de sua mãe com emotividade.
- (E) descritivo, com o qual o narrador faz uma caracterização predominantemente objetiva de sua mãe.

04. Assinale a alternativa em que o termo destacado pertence à mesma classe gramatical e exerce a mesma função sintática que o destacado em: “Até bem pouco tempo **ninguém** me batia.”

- (A) ... mas se tornava muito **gostoso**.
- (B) Mas depois descobriram as **coisas**...
- (C) **Aquilo** era esquisito...
- (D) Não queria saber **disso**.
- (E) **Totoca** vinha me ensinando a vida.

05. Nas passagens – Aquilo era esquisito, **mas se tornava muito gostoso**. – e – Prendia tudo na corda **e suspendia o bambu**. –, as orações destacadas expressam, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) conclusão e alternância.
- (B) oposição e adição.
- (C) adição e conclusão.
- (D) oposição e alternância.
- (E) conclusão e adição.

06. A concordância atende à norma-padrão em:

- (A) Eu e Totoca vinha de mãos dadas, sem pressa de nada pela rua.
- (B) Na minha opinião, cantar e assobiar eram bonito e me distraiam.
- (C) O sabão e a água usados pela minha mãe eram para lavar a roupa alheia.
- (D) Havia boas lembranças, como uma música que Mamãe cantava.
- (E) Mas depois foi descoberto as coisas e vivem dizendo que eu era o cão...

07. Considere as frases:

- Meu irmão mais velho estava de mãos dadas comigo e ensinando as coisas para mim. \_\_\_\_\_, porém, as coisas fora de casa.
- Eu fazia errado e, fazendo errado, as pessoas sempre \_\_\_\_\_ umas palmadas.
- Meu irmão sabia assobiar. Mas eu, por mais que \_\_\_\_\_, não saía nada.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) Ensinando-me ... me davam ... o imitasse
- (B) Ensinando-me ... me davam ... imitasse-o
- (C) Me ensinando ... me davam ... imitasse-o
- (D) Ensinando-me ... davam-me ... o imitasse
- (E) Me ensinando ... davam-me ... imitasse-o

08. Leia a charge.

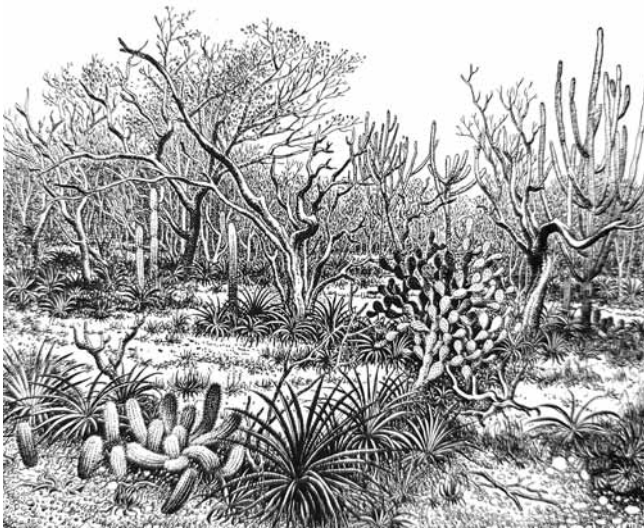


(Bob Thaves, “Frank & Ernest”. Em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>. Acesso em 25.03.2024)

Do ponto de vista da coerência semântica, o termo empregado intencionalmente com duplo sentido, do qual decorre o efeito de humor na charge, é:

- (A) nosso.
- (B) cartão.
- (C) clube.
- (D) jardinagem.
- (E) folhinha.

09. Observe a imagem a seguir.



(AB'SABER, Aziz. Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003, pg. 33. Adaptado)

Trata-se de uma representação típica da vegetação presente no Domínio Morfoclimático

- (A) das Pradarias.
- (B) das Araucárias.
- (C) dos Mares de Morros.
- (D) das Caatingas.
- (E) do Cerrado.

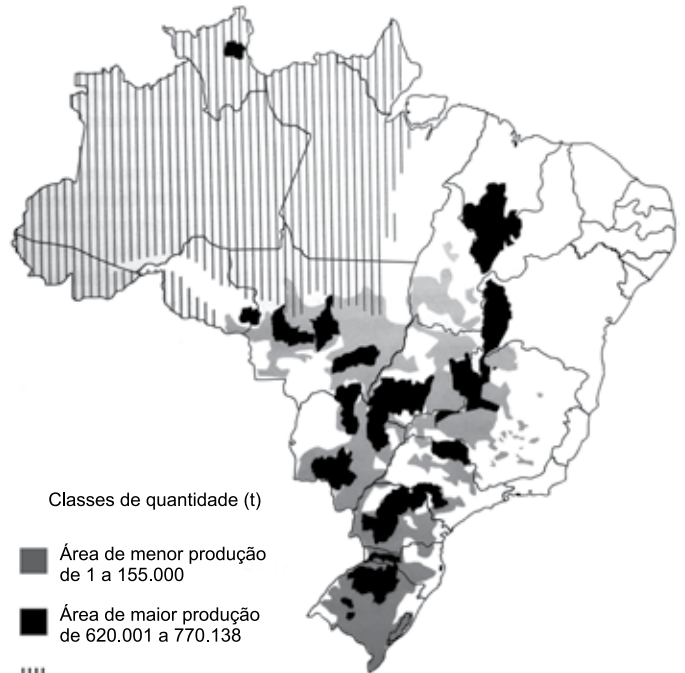
10. A escarpa da Serra do Mar que margeia o litoral do sudeste brasileiro apresenta altitudes médias de 800 m e alguns pontos superam os 2000 m. Essa elevação e a proximidade com o oceano, aliados aos ventos de quadrante sudeste na latitude do trópico, resultam em um importante processo para essa região.

(COUTINHO, Leopoldo Magno. *Biomias Brasileiros*, 2016, pg. 50-51. Adaptado)

Esse processo ocorre, marcadamente, em toda a mata Atlântica da costa leste brasileira e é definido como:

- (A) aquecimento adiabático.
- (B) efeito Foehn.
- (C) efeito orográfico.
- (D) inversão térmica.
- (E) efeito de Coriolis.

11. Observe o mapa a seguir.



(ROSS, J.L.S. *Ecogeografia do Brasil*, 2006, pg. 132. Adaptado)

O conteúdo do mapa apresenta a distribuição espacial de uma importante cultura agrícola brasileira, que também se destaca como produto de exportação. Trata-se

- (A) do arroz.
- (B) da mandioca.
- (C) do algodão.
- (D) da soja.
- (E) da cana-de-açúcar.

12. Este recurso mineral está associado a locais em que se encontram rochas sedimentares e possui grande importância econômica. O Brasil possui apenas 0,1% das reservas desse mineral. A produção brasileira desse recurso mineral é realizada em terreno sedimentar da Bacia do Paraná e se concentra nos estados de Santa Catarina e Paraná.

(TEIXEIRA, W. et. al. (org.). *Decifrando a Terra*, 2000, pg. 294-295. Adaptado)

O excerto trata do

- (A) potássio.
- (B) carvão mineral.
- (C) minério de ferro.
- (D) minério de bauxita.
- (E) urânio.

13. A compartimentação atual do relevo brasileiro tem fortes ligações genéticas com o soerguimento da plataforma sul-americana e com os processos erosivos que ocorreram principalmente no terciário e se estenderam até o quaternário, em concomitância com o soerguimento da plataforma sul-americana.

(ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*, 2019, pg. 52. Adaptado)

Nesse contexto, o relevo brasileiro apresenta três tipos de unidades geomorfológicas, que refletem suas gêneses e que são:

- (A) os planaltos, as depressões e as planícies.
- (B) os planaltos, os vales e as serras.
- (C) os planaltos, as depressões e a planície litorânea.
- (D) as montanhas, os vales e as planícies.
- (E) as montanhas, as depressões e a planície litorânea.

14. No contexto de culturas especializadas, estas apresentam produção muito reduzida no território brasileiro, em função de suas exigências (temperatura, água, nutrientes) satisfeitas apenas em alguns ecossistemas.

(THÉRY, H.; MELLO, N. A. *Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território*, 2018, pg. 164. Adaptado)

Como exemplo da especialização mencionada no excerto, pode-se citar:

- (A) a soja e a erva mate nos campos da região sul.
- (B) o arroz e o feijão nas chapadas do centro-oeste.
- (C) o açaí e a borracha nas áreas litorâneas do sudeste.
- (D) a manga e a banana no sertão semiárido nordestino.
- (E) o cacau e a pimenta do reino na região amazônica.

15. A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior, data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão, que nesse ano exporta 651 arrobas. De Pernambuco exporta-se a partir de 1778, sendo em quantidade insignificante até 1781. A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias.

(Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 143-144)

Contribuiu, decisivamente, para o desenvolvimento do algodão no Maranhão:

- (A) a busca por escravizados africanos que já haviam trabalhado com esse produto na África ou em outra capitania da América portuguesa.
- (B) a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, que forneceu créditos, escravos e ferramentas aos lavradores.
- (C) o exponencial aumento das exportações do produto para as principais cidades industriais dos Estados Unidos e do Caribe.
- (D) o apoio do Conselho Ultramarino pela oferta de conhecimento técnico, ferramentas sofisticadas e aportes de capital.
- (E) o desenvolvimento, em algumas comarcas mineiras, da produção artesanal de tecido grosso, voltada para a vestimenta dos escravizados.

16. Em 28 de janeiro de 1808, D. João assinou a primeira medida régia na nova sede do Império lusitano: a carta de abertura dos portos brasileiros às nações amigas. A partir de então ficava permitida a importação “de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas ou em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a minha Real Coroa”, ou em navios da metrópole.

(Lília Moritz Schwartz e Heloisa Murgel Starling, *Brasil: Uma biografia*, p. 173. Adaptado)

O primeiro ato de D. João no Brasil resultou

- (A) no desmoronamento do exclusivo comercial da metrópole, estabelecido desde o princípio da colonização.
- (B) no importante desenvolvimento das manufaturas brasileiras, que serviam para a troca de escravizados na África.
- (C) na forte diminuição das importações e exportações do Brasil, em razão do aumento das tarifas alfandegárias.
- (D) no aumento do comércio exterior com as nações formadas a partir da fragmentação da América francesa.
- (E) na organização política da elite colonial, grupo bastante prejudicado com a nova ordem estabelecida.

17. Uma peculiaridade da Carta de 1824 foi incluir um artigo reproduzindo quase palavra por palavra a Declaração dos Direitos do Homem emitida na França em 1789. Comparado ao original havia, no entanto, algumas omissões bastante significativas e curiosas. Não foi incluído na Carta outorgada o artigo que, na versão original francesa, dizia: “O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhum corpo nem indivíduo podem exercer autoridade que não emane expressamente dela”. Também faltava o artigo VI: “A lei é expressão da vontade geral”. Finalmente, o artigo II: “O objetivo de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e inalienáveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência perante a opressão” foi reproduzido omitindo-se as seis últimas palavras.

(Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, p. 141-142. Adaptado)

Para Emília Viotti da Costa, tais omissões podem revelar

- (A) a forte influência das estruturas políticas latino-americanas.
- (B) o descuido dos legisladores com a estruturação legal da nação.
- (C) a preponderância do Poder Legislativo sobre o Executivo.
- (D) as tendências antidemocráticas e oligárquicas das elites brasileiras.
- (E) o desprestígio de Dom Pedro I junto ao povo brasileiro.

18. Uma comissão de cinco pessoas foi encarregada de redigir um projeto de Constituição, submetido, depois, à profunda revisão por parte de Rui Barbosa. A seguir, encaminhou-se o projeto à apreciação da Assembleia Constituinte, que, após muitas discussões e algumas emendas, promulgou o texto a 24 de fevereiro de 1891.

(Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 249)

Segundo Boris Fausto, a Constituição de 1891,

- (A) fundamentada no direito natural, estabeleceu uma separação tênue entre público e privado e determinou que a educação pública fosse dirigida por ordens religiosas.
- (B) inspirada no modelo norte-americano, consagrou a República federativa liberal e os estados ficaram com a faculdade de organizar uma justiça própria, estabelecendo o sistema do voto direto e universal.
- (C) influenciada pelas principais constituições europeias, reforçou o Poder Judiciário em detrimento dos outros poderes, porque todos os níveis do processo eleitoral estavam ligados ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) baseada no direito consuetudinário, instituiu uma forte centralização político-administrativa, impedindo que os estados tivessem constituições, além disso os orçamentos das unidades federativas passavam pelo crivo federal.
- (E) calcada no direito inglês, limitou as prerrogativas estaduais, na medida em que toda política tributária estaria centralizada no governo federal, e, com isso, nacionalizou todos os recursos minerais.

19. Um assunto dominava a atenção de Getúlio: a política trabalhista. Foi nessa área que ele mostrou quem era e a que viera. Dividiu sua política em duas metades. Numa, criou as leis de proteção ao trabalhador.

(Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, *Brasil: uma biografia*, p. 362)

Na outra metade, Getúlio

- (A) estabeleceu acordos com os sindicatos mais progressistas e limitou a ação das entidades de trabalhadores que defendiam a presença do Estado na economia.
- (B) privilegiou os trabalhadores do campo, que foram contemplados com aposentadoria especial, além da obtenção de pequenas propriedades derivadas de reforma agrária.
- (C) reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado e enquadrou os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado.
- (D) apoiou projetos que ampliavam a ação política dos sindicatos, ao mesmo tempo em que garantiu o amplo direito de greve de todos os trabalhadores.
- (E) reforçou a inaptidão dos trabalhadores no trato da questão político-partidária, ainda que tenha estendido o voto para todos os brasileiros, mesmo os analfabetos.

20. No início da década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares.

(Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 409. Adaptado)

No contexto apresentado, também fez parte do esforço governamental

- (A) a autorização para que empresas estrangeiras, ligadas à educação e aos meios de comunicação, estabelecessem filiais nas capitais dos estados.
- (B) a implementação do Plano Salte, com maciços investimentos em saúde, alimentação, transporte e energia, a partir do capital nacional, público e privado.
- (C) a criação do Banco Central do Brasil, instituição responsável pela taxa de câmbio e taxa de juros, que anteriormente eram determinadas pela dinâmica do mercado.
- (D) a permissão para a formação de empresas privadas de exploração de petróleo, desde que tais instituições contassem com a parcela mínima de 30% de capitais estatais.
- (E) a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

21. De acordo com Boto (2014), a liturgia da escola moderna é composta de uma variedade de elementos, como as crianças em fila, a organização do espaço em classes seriadas, os horários específicos para diferentes matérias e disciplinas do currículo e as interações do professor e dos alunos no espaço da sala de aula. Essa escola moderna, de acordo com a autora, lida com dois tipos de saberes, o aprendizado explícito de matérias do conhecimento e o aprendizado
- (A) de formas de comportamento.
  - (B) de temas transversais.
  - (C) da autonomia.
  - (D) do uso de tecnologias da comunicação.
  - (E) do multiculturalismo.
22. Barbosa (2007) debate a relação das famílias com a escola e com a escolarização, levantando as dimensões culturais que envolvem esse contato. A partir das contribuições de Lahire, a autora destaca que, nos meios populares,
- (A) o fracasso escolar resulta da gradual equiparação dos papéis entre escola e família e de suas culturas, havendo uma perda de especificidade de cada uma.
  - (B) a escola tende a não ter sua legitimidade reconhecida, pois muitos pais não chegaram a formar gostos e hábitos em consonância com a cultura escolar.
  - (C) a presença constante da família na escola é uma condição indispensável para o sucesso escolar das crianças.
  - (D) as crianças compõem uma categoria geral, o que significa que enfrentam as mesmas dificuldades na escola.
  - (E) a omissão parental é mais um mito que realidade, pois a invisibilidade dos pais no contato com a escola nem sempre significa negligência.
23. A partir do século XIX, de acordo com Alcântara (2022), institucionaliza-se no mundo Ocidental o modelo de escola que chega até nós. Nesse modelo, há uma definição de tempo para tudo: tempo para aprender, tempo em que se pode conversar, tempo de ir ao banheiro, tempo de recreio, tempo de brincar.
- De acordo com Alcântara (2022), esse modelo se refere à escola
- (A) construtivista.
  - (B) graduada.
  - (C) nova.
  - (D) estruturada.
  - (E) neopositivista.
24. A gestão democrática da escola é, hoje, compreendida como um caminho para a melhoria da qualidade do ensino. Associado à gestão democrática, o projeto político-pedagógico contempla, em suas reflexões, a questão da educação de qualidade, que é entendida por Veiga (2009), em duas dimensões indissociáveis:
- (A) recursos humanos e recursos materiais.
  - (B) conteúdo ou currículo; atitudes ou valores.
  - (C) formal ou técnica; social e política.
  - (D) ensino e aprendizagem.
  - (E) investimento pedagógico e investimento financeiro.
25. No século XXI, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm impactado o currículo e a cultura escolar. De acordo com Coll e Monereo (2010), uma característica da Sociedade da Informação, relevante para a educação, é/são
- (A) a existência e o uso de critérios para selecionar e confirmar a veracidade das informações, que facilita a formação de sujeitos mais críticos e conscientes.
  - (B) a diversificação e heterogeneização cultural, que reduz a difusão e o poder dos grupos dominantes nas expressões culturais, favorecendo, desse modo, o multiculturalismo.
  - (C) a previsibilidade das atividades e das relações entre indivíduos, grupos, instituições e países, que simplifica as relações humanas a partir do uso do *big data*.
  - (D) a transformação das coordenadas espaciais e temporais, que eliminam o tempo e o espaço como elementos condicionantes da comunicação.
  - (E) o acesso, a multiplicidade e heterogeneidade das fontes de informação, que têm contribuído para o aumento da atenção e da profundidade da aprendizagem.

26. Ana é professora de Biologia. Depois de participar de um encontro de formação continuada sobre alfabetização científica e currículo de ciências, ela incorporou outros critérios para definir se seus alunos poderiam ser considerados alfabetizados cientificamente. Fundamentando-se nas habilidades apresentadas por Sasseron e Carvalho (2011), Ana definiu, corretamente, que os alunos alfabetizados cientificamente eram aqueles que
- (A) conheciam as fontes válidas de informação científica e tecnológica e recorriam a elas quando diante de situações de tomada de decisões.
  - (B) compreendiam que a relação entre ciência e sociedade deve ser de neutralidade, sem que uma interfira na outra.
  - (C) reconheciam o valor das ciências e sua utilidade ilimitada para o progresso e bem-estar do humano.
  - (D) sabiam os principais conceitos, hipóteses e teorias científicas, ainda que não fossem capazes de aplicá-los.
  - (E) entendiam que o saber científico é estável, definitivo e constitui o conhecimento mais legítimo e verdadeiro sobre a natureza.
27. Tardif (2012), ao refletir sobre os saberes docentes e a formação profissional, identifica “problemas epistemológicos do modelo universitário de formação”. Para o autor, o primeiro deles é sua idealização segundo uma lógica
- (A) de subordinação do conhecer ao fazer.
  - (B) do cotidiano profissional.
  - (C) plural.
  - (D) disciplinar.
  - (E) da complexidade.
28. Leia o excerto extraído da Resolução CNE/CEB nº 04/2010 (*Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*), artigo 47, § 4º:
- A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter \_\_\_\_\_ predominando sobre o \_\_\_\_\_, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, o texto.
- (A) prognóstico ... qualitativo e mediador
  - (B) formativo ... quantitativo e classificatório
  - (C) diagnóstico ... somativo e prognóstico.
  - (D) inclusivo .... seletivo e formativo
  - (E) preparatório ... abstrato e teórico
29. De acordo com o documento *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), é correto afirmar que
- (A) os alunos com transtornos funcionais específicos, como síndromes do espectro do autismo e psicose infantil, devem ser atendidos no contraturno escolar.
  - (B) os alunos com transtornos globais do desenvolvimento, como transtorno de atenção e hiperatividade, não são público-alvo do atendimento educacional especializado.
  - (C) a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, apresenta vantagens de individualização do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.
  - (D) as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado são substitutivas à escolarização comum e se estendem da educação infantil ao ensino superior.
  - (E) o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos.
30. De acordo com Silva (2016), os debates educacionais contemporâneos caracterizam, com frequência, um cenário de crise da instituição escolar. Para lidar com tal crise, no século XX, movimentos de renovação pedagógica defenderam um conjunto de alterações na escola, como a centralidade das crianças na cena pedagógica. O autor cita Hannah Arendt, para quem a ideia da centralidade das crianças na relação pedagógica resulta
- (A) na desejável busca pela educação progressista.
  - (B) no *páthos* do novo.
  - (C) na perda da autoridade docente.
  - (D) em práticas mais efetivas de ensino-aprendizagem.
  - (E) na maior responsabilização dos professores pelas crianças e pelo mundo.



## CONHECIMENTOS DE HISTÓRIA

31. A história vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo: a história-problema é uma iluminação do presente, uma forma de consciência que permite ao historiador – homem de seu tempo –, bem como aos seus contemporâneos a que se dirige, uma compreensão melhor das lutas de hoje, ao mesmo tempo que o conhecimento do presente é condição *sine qua non* da cognoscibilidade de outros períodos históricos.

(Ciro Flamarion Cardoso, História e paradigmas rivais.  
Em: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.),  
*Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, p. 28)

No excerto, Ciro Flamarion Cardoso faz referência à

- (A) Escola dos Annales.
- (B) Escola Histórica Alemã.
- (C) História Quantitativa.
- (D) Escola Metódica.
- (E) História do Tempo Presente.

32. No ensaio introdutório desta obra, Ciro Flamarion Cardoso apresenta o quadro epistemológico geral em que se inserem os vários territórios do historiador e os campos de investigação contemplados neste livro, suas potencialidades, dilemas e impasses. Ao fazer um balanço geral da historiografia nos últimos 40 ou 50 anos, Cardoso identificou com nitidez dois grandes paradigmas: o iluminista, partidário de uma história científica e racional e, portanto, convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada.

(Ronaldo Vainfas, Caminhos e descaminhos da História.  
Em: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas,  
*Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Adaptado)

O segundo paradigma, que completa a ideia exposta no excerto, o pós-moderno, mostra-se

- (A) entusiasmado com a retomada de uma prática historiográfica voltada ao uso preferencial de documentos escritos e oficiais.
- (B) preocupado com a epistemologia da História, com o intuito de construir um conhecimento histórico sem a utilização de conceitos exógenos.
- (C) atento ao resgate de uma História Política tradicional, com narrativas que apresentem as grandes lideranças nacionais ao longo dos últimos séculos.
- (D) cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar, em maior ou menor grau, as representações construídas historicamente.
- (E) propenso a compreender a História como a única Ciência Humana capaz de analisar as perspectivas humanas em relação ao desenvolvimento tecnológico.

33. Os historiadores estruturais mostraram que a narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado, que ela simplesmente é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até à experiência e os modos de pensar das pessoas comuns.

(Peter Burke, A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. Em: Peter Burke (org.), *A escrita da História: novas perspectivas*, p. 338. Adaptado)

Nesse debate, segundo Peter Burke, os historiadores defensores da narrativa observam que a análise de estruturas

- (A) torna a apreciação do capitalismo algo irrelevante.
- (B) reforça os preconceitos contra as sociedades primitivas.
- (C) tem frágil compreensão da História Econômica.
- (D) é provocadora recorrente de anacronismos.
- (E) é estática e, assim, em certo sentido, não histórica.

34. Em seu livro mais influente, *A economia antiga*, publicado em 1973, Moses Finley fez questão de expor seus pressupostos teóricos. Seus textos não eram apenas um relato ingênuo do que “aconteceu” na História, mas interpretações colocadas no contexto de um debate científico e político mais amplo, que ultrapassava em muito as fronteiras especializadas da História Antiga.

Nos textos de Finley, as Histórias de Grécia e Roma aparecem unificadas. Elas formam um mundo antigo, greco-romano, diferente do Antigo Oriente Próximo.

(Norberto Luiz Guarinello, *História Antiga*, p. 36. Adaptado)

Para Finley, a unidade do mundo greco-romano efetiva-se pela

- (A) ausência da exploração do trabalho compulsório e da atividade política com a presença marcante da mulher.
- (B) prevalência da propriedade privada e das cidades no espaço geográfico do Mediterrâneo.
- (C) existência de cidades autossuficientes, que prescindiam da produção do mundo real para sobreviverem.
- (D) concepção do Direito como uma conquista que atingiu todos os moradores da cidade e do campo.
- (E) criação de religiões monoteístas e de formas de exploração econômica essencialmente urbanas.

35. *La nouvelle historire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. A expressão “a nova história” é mais bem conhecida na França e representa a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, que seria convenientemente descrito como “história rankeana”.

(Peter Burke, Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro.

Em: Peter Burke (org.), *A escrita da História: novas perspectivas*, p. 9-10. Adaptado)

O contraste entre a antiga e a nova história pode ser resumido em alguns pontos, entre os quais, é correto considerar que, segundo o paradigma tradicional,

- (A) o verdadeiro conhecimento histórico obriga-se a compreender as várias dimensões dos saberes tradicionais, articulando-os com as perspectivas históricas das classes populares ao longo da história da humanidade.
- (B) a história deveria ser baseada em documentos, com a história escrita abalizada em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos, provocando a negligência de outros tipos de evidência.
- (C) a historiografia dos grandes processos históricos precisa ser constantemente reanalisada, principalmente a História Universal, para que as experiências do passado sejam modelos para o presente.
- (D) a História Cultural precisa ser tratada como o principal ramo do conhecimento histórico, porque dela derivam as explicações totalizantes em relação às outras esferas humanas, como a econômica e a política.
- (E) a principal preocupação de um historiador profissional dever ser o efetivo resgate do imaginário das classes subalternas no contexto das grandes transformações ao longo da Era das Revoluções.

36. Uma indicação da expansão demográfica do Ocidente cristão, a partir de meados do século X, está no acentuado crescimento da população urbana naquele período. Enquanto por volta do ano 1000 talvez não existisse na Europa católica nenhuma cidade com uma população de 10 000 habitantes, no século XIII havia 55 cidades com um número de habitantes superior àquele: duas na Inglaterra, seis na Península Ibérica, oito na Alemanha, 18 na França e Países Baixos, 21 na Itália. Esta última era não apenas a região mais urbanizada do Ocidente como também a que possuía as maiores cidades.

(Hilário Franco Júnior,

*A Idade Média, nascimento do Ocidente*, p. 23. Adaptado)

Para Hilário Franco Júnior, outro indício dessa expansão demográfica

- (A) manifesta-se pelo decréscimo das taxas de natalidade nas regiões voltadas para o comércio a longa distância, assim como o decréscimo das taxas de mortalidade nos espaços sem qualquer desenvolvimento urbano.
- (B) apresenta-se pela ampla existência de terras agrícolas e a conseqüente falta de mão de obra para a exploração desses espaços, o que provocou grandes fluxos imigratórios da região norte-europeia para a península Ibérica.
- (C) verifica-se pelas transformações sofridas pela arquitetura religiosa, na qual a passagem do românico para o gótico, entre outras razões, reflete a necessidade de áreas internas maiores, capazes de abrigar um número crescente de fiéis.
- (D) mostra-se na ampliação do poder da Igreja Católica nas cidades italianas, inclusive com a imposição do Tribunal da Santa Inquisição e, ao mesmo tempo, a presença católica tornou-se irrelevante no espaço rural.
- (E) revela-se na formação de uma economia voltada para a produção de manufaturados, a partir de matéria prima advinda de regiões distantes e com a utilização de mão de obra livre e, muitas vezes, assalariada.

37. O que se deve chamar de feudalismo é o conjunto da formação social dominante no Ocidente da Idade Média Central, com suas facetas política, econômica, ideológica, institucional, social, cultural, religiosa. Uma totalidade histórica, da qual o feudo foi apenas um elemento. No entanto – e procurando não perder essa globalidade de vista –, como examinamos cada uma daquelas facetas nos capítulos correspondentes, vamos aqui nos prender apenas à análise das relações sociais do feudalismo. Ou melhor, do feudo-clericalismo. Este rótulo parece-nos mais conveniente.

(Hilário Franco Júnior,  
*A Idade Média, nascimento do Ocidente*, p. 88-89. Adaptado)

Franco Júnior faz a defesa do termo feudo-clericalismo ao

- (A) especificar que a principal preocupação dos senhores dos grandes domínios de terra era com a prevalência das práticas religiosas e não com inquietações ligadas aos aspectos econômicos ou militares desses domínios.
- (B) mencionar que as estruturas feudais nasceram a partir das tradições visigodas e vândalas, que defendiam que a soberania do Estado derivava da aquiescência dos governados, fossem senhores feudais ou servos da gleba.
- (C) explicitar o papel central da Igreja naquela sociedade, pois, entre outros pontos, ela foi a maior detentora de terras naquela sociedade essencialmente agrária, destacando-se no jogo de concessão e recepção de feudos.
- (D) evidenciar que as estruturas feudais, em relação aos aspectos políticos, assemelhavam-se à hierarquia da Igreja Católica, na qual o poder de bispos e outras autoridades eclesiásticas dependiam do consentimento dos fiéis.
- (E) demonstrar o papel secundário exercido pelo catolicismo ao longo da formação das estruturas feudais, pois a doutrina moral dessa religião reconhecia que o tempo e o trabalho humano pertenciam a Deus e não aos senhores feudais.

38. A reflexão histórica e social e a ciência política nasceram juntas no Renascimento, num encontro que não foi meramente casual. Desse cruzamento de interesses nasceria outra corrente de pensamento tão original quanto ousada: os utopistas. As obras mais notáveis nesse gênero são a *Utopia* (1516) de Thomas Morus, a *Cidade do Sol* (1623) de Campanella e a *Nova Atlântida* (1626) de Francis Bacon.

(Nicolau Sevcenko, *O renascimento*, p. 22. Adaptado)

Sobre as três obras utopistas, é correto afirmar que elas, segundo Sevcenko,

- (A) aproximam-se de uma leitura revolucionária para os séculos XVI e XVII, que defende que a capacidade humana em produzir riquezas é limitada e essa capacidade pode ser desenvolvida por meio da análise mística da realidade.
- (B) apropriam-se de referenciais teóricos do protestantismo, como o entendimento de que a salvação divina dependia de três elementos centrais: a demonstração de fé, a participação nos sacramentos e a prática da caridade.
- (C) estabelecem leituras contrapostas sobre a essência do ser humano e a sua relação com os outros seres humanos e Deus, assim como atribuem papéis mais ou menos importantes para a Igreja Católica.
- (D) abordam temas diversos, como economia, cultura e religiosidade, mas todas questionam a capacidade humana de construir uma ordem justa sem a utilização de referências presentes na teologia moral da Igreja Católica.
- (E) tratam do mesmo tema, assim concebem uma comunidade ideal, puramente imaginária, em que os homens vivem e trabalham felizes, com fartura, paz e mantendo relações fraternais, a partir de um poder altamente centralizado.

39. Uma vez completamente destruída a população guarani do Guairá, os paulistas voltaram sua atenção novamente para os Guarani do Sul. Passaram, então, a atacar as missões de Tape e Uruguai, situadas no atual território do estado do Rio Grande do Sul. A situação na província de Tape assemelhava-se àquela do Guairá, na medida em que as reduções ainda eram recém-constituídas (1633-1634) quando dos ataques portugueses (1635-1641).

Por volta de 1640, diversos fatores convergiram para dificultar o cativeiro dos Guarani pelos paulistas.

(John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, p. 75. Adaptado)

No contexto apresentado, a dificuldade em escravizar os Guarani, segundo Monteiro, tem relação com

- (A) o desinteresse dos chamados bandeirantes em organizar expedições longas e distantes da vila de São Paulo, por causa do custo muito elevado e da forte e decisiva oposição dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.
- (B) a capacidade da economia paulista, baseada na extensiva produção de açúcar e milho, voltada para a exportação, de absorver o custo da mão de obra derivada do tráfico intercontinental de escravizados.
- (C) a reorganização administrativa da América portuguesa, que dividiu a colônia em Estado do Brasil e Estado do Maranhão, contribuiu para o progressivo desprestígio das expedições em busca de mão de obra escravizada.
- (D) a ação dos jesuítas que, por meio de canais legais, levaram o problema das missões até o papa, além disso, os jesuítas preservaram grupos guerreiros para defender as missões contra os ataques de paulistas e índios inimigos.
- (E) a grande oferta de mão de obra de escravizados indígenas, oriundos do vice-reino do Peru, e com a ampla legislação colonial que não permitia a escravidão de nativos em nenhuma hipótese.

40. A despeito de tanta abundância, em meados do século XVIII, a velha Espanha deu-se conta de que muitas riquezas obtidas com a exploração dos recursos humanos e naturais americanos haviam sido drenadas para o pagamento de dívidas contraídas com a Inglaterra, país então a caminho da industrialização. No Peru, as autoridades vice-reinais endureceram o sistema de arrecadação tributária e adotaram medidas para fortalecer seu controle sobre a sociedade colonial.

(Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, *História da América Latina*, p. 13. Adaptado)

Um efeito dessa reorganização administrativa no Peru, segundo a obra citada, foi

- (A) uma forte migração dos indígenas do vice-reino do Peru para outras capitânicas espanholas, gerando uma grave crise de mão de obra no Peru.
  - (B) o abalo no *status* da nobreza indígena dos curacas, que até então haviam constituído um corpo distinto na sociedade do Antigo Regime espanhol.
  - (C) a formação de uma elite *criolla*, que passou a defender a emancipação política do vice-reino do Peru e a libertação dos escravizados indígenas.
  - (D) um movimento pioneiro na América espanhola de conceder terras para as aldeias que fornecessem mão de obra assalariada para as minas de prata.
  - (E) o abandono do livre comércio do vice-reino do Peru com a América portuguesa e de outros espaços da América espanhola, como a capitania de Cuba.
41. A revolução francesa consigna-se desta maneira um lugar excepcional da história do mundo contemporâneo. Revolução burguesa clássica, ela constitui, para a abolição do regime senhorial e da feudalidade, o ponto de partida da sociedade capitalista e da democracia liberal na história da França. Revolução camponesa e popular, porque antifeudal sem compromisso, tendeu por duas vezes a ultrapassar seus limites burgueses [...]

(Albert Soboul, *A Revolução Francesa*, p. 122)

Uma dessas vezes, segundo Soboul, refere-se

- (A) à formação do Diretório, ordem política que extinguiu todos os privilégios da burguesia, como a limitação no tamanho das propriedades.
- (B) ao 18 Brumário, porque com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder houve o reestabelecimento de práticas mercantilistas.
- (C) ao estabelecimento do Consulado, contexto de formação de um governo popular, que garantiu a volta dos jacobinos ao poder.
- (D) à Conspiração pela Igualdade, episódio que se situa na origem fecunda do pensamento e da ação revolucionários contemporâneos.
- (E) à promulgação da Constituição de 1791, que estabeleceu o voto universal e os direitos de cidadania ativa para homens e mulheres.

42. Importante assinalar que os dois padres, Hidalgo e Morelos, defenderam as aspirações dos mais pobres, tomando atitudes radicais. Hidalgo proclamou a abolição da escravidão negra e o fim dos tributos indígenas. Morelos propôs a distribuição de terras, inclusive as da Igreja, para os camponeses. Desse modo, se entende a grande participação de indígenas e camponeses nos exércitos rebeldes, que carregavam à frente o estandarte da Virgem de Guadalupe e que chegaram a contar com 80 mil homens.

(Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, *História da América Latina*, p. 37. Adaptado)

O excerto traz elementos acerca do processo de independência

- (A) do Equador.
- (B) da Bolívia.
- (C) da Colômbia.
- (D) da Venezuela.
- (E) do México.

43. [...] não havia maiores diferenças entre as tensões internacionais que levaram à Primeira Guerra Mundial e as que são subjacentes ao perigo de uma terceira, que as pessoas, nos anos 1980, ainda esperam evitar. Nunca houve, desde 1945, a mínima dúvida quanto aos principais adversários numa terceira guerra mundial: os EUA e a URSS. Mas, em 1880, as coalizões de 1914 não eram previstas. Naturalmente, alguns aliados e inimigos potenciais eram fáceis de discernir.

(Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, p. 431-432)

Hobsbawm assinala como inimigos fáceis de discernir

- (A) a Alemanha e a França, porque os alemães anexaram grandes porções francesas da Alsácia-Lorena, após sua vitória bélica em 1871.
- (B) a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, que desde o início do século XIX disputam a hegemonia do comércio internacional.
- (C) a Alemanha e a Áustria-Hungria, porque a ação deste império atrasou bastante a conclusão do processo de unificação alemã.
- (D) a França e a Grã-Bretanha, que disputam os mesmos espaços de exploração neocolonial no Oriente, especialmente na China.
- (E) a Rússia e a França, por causa da traição francesa em não apoiar os russos na guerra contra o Império do Japão.

44. [...] tentando compreender a importância dessas viagens exploratórias para os países europeus, é útil recordar que elas não só deram continuidade como aceleraram o processo de “roedura” do continente e tornaram acaloradas as discussões sobre a partilha, precipitadas pela forte crise do Império Otomano e pelo final do trato negreiro. O marco foi a Conferência de Berlim, cujas consequências para a África fazem-se presentes até os dias atuais.

Muito pouco se sabe acerca do ocorrido nos bastidores da diplomacia europeia, capaz de informar propósitos e resultados das negociações que culminaram em um dos períodos mais violentos da época contemporânea. O que parece consensual, no entanto, foram os quatro principais motivos que levaram à realização da Conferência.

(Leila Leite Hernandez. *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*, p. 59)

Um desses principais motivos, segundo a obra citada, foram

- (A) as inquietações das principais nações europeias, essencialmente a Alemanha, com a necessidade de acelerar a conclusão do canal de Suez.
- (B) os interesses em torno da livre navegação e do livre comércio nas bacias do Níger e do Congo, manifestado de forma explícita, principalmente pela Grã-Bretanha.
- (C) as preocupações francesas e inglesas em conceder vastos espaços coloniais para a Alemanha e a Itália, com o intuito de diminuir as tensões diplomáticas na Europa.
- (D) as agitações provocadas por Portugal, com o apoio franco-britânico, para que o domínio colonial sobre Angola fosse garantido aos portugueses.
- (E) os movimentos da diplomacia estadunidense no sentido de evitar a ampliação dos espaços coloniais franceses, assim como a defesa dos interesses coloniais alemães.

45. Não se deve julgar o impacto da Grande Depressão apenas, ou mesmo principalmente, por seus efeitos políticos de curto prazo, por mais impressionantes que muitas vezes tenham sido. Trata-se de uma catástrofe que destruiu toda a esperança de restaurar a economia, e a sociedade, do longo século XIX. O período de 1929-33 foi um abismo a partir do qual o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política.

(Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*, p. 111. Adaptado)

Segundo Eric Hobsbawm, uma dessas opções era

- (A) a criação de um banco de abrangência mundial, que fizesse a emissão de um papel-moeda voltado para as trocas internacionais e que seria conversível em relação as principais moedas nacionais, como a libra-esterlina e o franco suíço.
- (B) provocar uma forte onda migratória para o campo, a partir de uma reforma agrária que permitisse a subsistência das famílias e, ao mesmo tempo, garantisse a diminuição das tensões socioeconômicas presentes no espaço urbano.
- (C) um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas.
- (D) o desenvolvimento e a execução de planejamentos internacionais que buscassem o revigoramento econômico por meio de uma política agressiva de isenções tributárias, especialmente para o grande capital, bancário e industrial.
- (E) o estabelecimento de um modelo de Estado que pouco interferisse nas atividades econômicas, deixando a regulação da oferta e da procura para o mercado, mas cuidando da preservação de um rigoroso equilíbrio fiscal.

46. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência.

(Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*)

Nesse sentido, para Eric Hobsbawm, é correto afirmar que

- (A) a sanha imperialista estadunidense esteve controlada até o início dos anos 1960, contexto no qual a diplomacia do país passou a se contrapor aos movimentos de libertação colonial na África e na Ásia.
  - (B) a União Soviética e os Estados Unidos, em conjunto com as outras nações que compunham o Conselho de Segurança da ONU, organizaram grande parte das independências nacionais na África.
  - (C) os Estados Unidos exerciam controle e predominância sobre o mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais, e não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.
  - (D) as independências afro-asiáticas ocorreram, em geral, a partir de acordos diplomáticos entre as duas superpotências, por vezes com a oposição da ONU, e com a formação de governos alinhados aos Estados Unidos.
  - (E) a União Soviética, principalmente no início dos anos 1950, buscou ampliar a sua influência na América do Sul, por meio do financiamento de grupos revolucionários, além do apoio logístico aos partidos operários.
47. Em 1980, o triunfo do movimento sindical Solidariedade como, na verdade, um movimento de oposição pública nacional, brandindo a arma da greve geral, demonstrou duas coisas: que o regime do Partido Comunista do país chegara ao fim da corda; mas também que não podia ser derrubado por agitação de massa. Em 1981, Igreja e Estado concordaram discretamente em adiantar-se ao perigo de intervenção militar soviética (que foi seriamente considerada) com alguns anos de lei marcial sob o comandante das Forças Armadas, que podia, de maneira plausível, alegar legitimidade comunista e nacionalista. A ordem foi restabelecida com pouca dificuldade, mais pela polícia que pelo exército, mas, na verdade, o governo, tão desamparado como sempre para enfrentar os problemas econômicos, nada tinha para usar contra a oposição, que continuou existindo como manifestação organizada da opinião pública do país.

(Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*, p. 461. Adaptado)

O excerto traz referência à

- (A) Polônia.
- (B) Tchecoslováquia.
- (C) Romênia.
- (D) Hungria.
- (E) Albânia.

48. Em março de 1826, o Imperador abre os trabalhos da primeira Assembleia Geral Legislativa. Dessa data até 1831, ano que iria abdicar em favor de seu filho Pedro de Alcântara, assiste-se a um crescente confronto entre a Câmara dos Deputados e o monarca.

Em pouco tempo, a questão sai da tribuna e dos jornais e espalha-se pelas ruas. Partidários dos dois lados entram em choques violentos, um dos quais, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como “noite das garrafadas”, quando elementos portugueses atacam oponentes do Imperador.

Finalmente, a 7 de abril de 1831, diante do povo revoltado e das tropas brasileiras amotinadas, Pedro I abdica.

(Hamilton de Mattos Monteiro, *Da Independência à vitória da ordem*. Em: Maria Yedda Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, p. 121. Adaptado)

Segundo Hamilton Monteiro, com a abdicção de dom Pedro I,

- (A) inicia-se um processo de ampliação da cidadania política no Brasil, porque o direito ao voto foi garantido a todos os brasileiros que declarassem fidelidade à Monarquia e que pagassem alguma forma de tributo.
- (B) o grupo político do liberais-radicalis, fundamental para o sucesso da emancipação política do Brasil, chegou efetivamente ao poder porque seus integrantes foram alçados aos principais ministérios dos governos regenciais.
- (C) alas moderadas do Partido Brasileiro e o Partido Português formaram um governo de coalizção na primeira metade das Regências e, nessa conjuntura, aprova-se uma reforma política que ampliou a centralização política do Império.
- (D) o movimento abolicionista, percebendo uma conjuntura favorável à defesa do fim do tráfico negreiro para o Brasil e com o apoio de conservadores e liberais, propõem uma lei ampliando direitos dos escravizados.
- (E) completa-se o processo de independência do Brasil porque os portugueses que ocupavam os principais postos da administração pública são substituídos por brasileiros, que passaram a controlar o aparelho de Estado.

49. A tentativa de restringir seus direitos e limitar seus poderes evidentemente não agradou ao imperador. A última gota num copo já cheio ocorreu quando a Assembleia discutiu o direito de veto do imperador – um direito que a maioria dos liberais queria reduzir ao mínimo e alguns chegavam até mesmo a negar-lhe. O conflito entre o imperador e setores da elite interrompeu-se momentaneamente com a vitória do primeiro em 1823, quando enviou tropas para dissolver a Assembleia Constituinte [...]. No ano seguinte, o imperador aprovou uma Carta Constitucional.

(Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, p. 139. Adaptado)

Segundo Emília Viotti da Costa, na Constituição de 1824,

- (A) as principais prerrogativas ficaram nas mãos do parlamento e, dessa forma, há a construção de uma monarquia parlamentar, sob o comando do Presidente do Conselho de Ministros, enquanto ao Imperador cabiam funções especialmente diplomáticas e de mediação entre os três poderes.
- (B) houve um forte equilíbrio entre os três poderes derivados das ideias iluministas, e, dessa forma, o poder do rei estava limitado a executar o orçamento imperial aprovado pelo Senado, cabendo ao poder Judiciário avaliar se o soberano seguiu as diretrizes senatoriais.
- (C) prevaleceu uma concepção bem conservadora de que a soberania real deveria ser submetida ao crivo dos outros três poderes, por meio da Câmara dos Deputados, que era convocada para avaliar, e corrigir, equívocos administrativos provocados pelo Imperador e seus ministros.
- (D) o rei era responsável pela execução das leis aprovadas pelo Parlamento e pela nomeação e promoção de altos funcionários da burocracia civil, militar e eclesiástica, e ainda cabia a ele o direito de conceder ou negar permissão para a execução de bulas papais no país.
- (E) o mais importante dos poderes era o Moderador, que permitia que à Assembleia Geral uma série de direitos, como o de vetar dirigentes indicados para serem presidentes de províncias, dissolver o parlamento e convocar novas eleições, além de limitar o poder do Imperador.

50. Uma lei de agosto de 1831 criou a Guarda Nacional, em substituição às antigas milícias. Ela era cópia de uma lei francesa do mesmo ano. A ideia consistia em organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capaz de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das “classes perigosas”. Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada.

(Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 163-164)

A Guarda Nacional era composta

- (A) por aqueles homens, maiores de 21 anos, que já haviam se alistado ao Exército.
  - (B) por todos os cidadãos com direito de voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos.
  - (C) por todos os homens que recebessem a autorização formal da respectiva Câmara Municipal.
  - (D) pelos brasileiros natos, maiores de 18 anos, que pagassem de tributos mais de um conto de réis.
  - (E) por cidadãos, maiores de 18 anos, que fossem proprietários de terras e letrados.
51. Da luta entre liberais radicais, de um lado, e moderados e conservadores, de outro, resultaria o Ato Adicional de 1834, forma conciliatória encontrada temporariamente pelos vários grupos em jogo.

(Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, p. 154)

Segundo a obra citada, o Ato Adicional de 1834

- (A) constituiu o Rio de Janeiro como a nova capital do país, reduziu a autonomia econômica das províncias e criou um tributo sobre o comércio de escravizados.
- (B) dissolveu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais e, ao mesmo tempo, manteve a vitaliciedade do Senado.
- (C) restringiu a liberdade de organização partidária, ampliou o controle do Estado sobre a economia e proibiu as províncias de terem políticas tributárias.
- (D) estabeleceu limitações ao tráfico interprovincial de escravizados, aprovou o primeiro Código Comercial brasileiro e aumentou as prerrogativas do Imperador.
- (E) ampliou a centralização político-administrativa, estabeleceu o voto universal masculino e determinou que dom Pedro de Alcântara assumisse a coroa em 1840.

52. A grande novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX foi o surgimento da produção do café para exportação. A introdução do cafeeiro no Brasil deveu-se a Francisco de Melo Palheta, que em 1727 trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Utilizado no consumo doméstico, o café chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da Colônia. Foi, porém, no extenso Vale do Rio Paraíba, atravessando uma parte do Rio e de São Paulo, que se reuniram as condições para sua primeira grande expansão em níveis comerciais.

(Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 186)

Sobre tais condições, é correto afirmar que, no Vale do Rio Paraíba,

- (A) desenvolveu-se uma mentalidade empresarial defensora das alforrias de escravizados e havia uma topografia plana.
- (B) havia uma importante produção de algodão voltada para o mercado interno e a disponibilidade de capitais britânicos.
- (C) havia proprietários já preocupados com a transição para a mão de obra livre e preponderavam pequenas propriedades.
- (D) havia um excedente de capitais oriundo da renda da primeira ferrovia do país e havia abundância de mão de obra imigrante.
- (E) existia terra virgem disponível e clima favorável, além da proximidade do porto do Rio de Janeiro, facilitando a obtenção de crédito.

53. Foram, em geral, favoráveis à abolição os representantes das classes urbanas, que começavam a ganhar importância em virtude das transformações econômicas que se processavam no país. Igualmente favoráveis à libertação dos escravos foram os grupos artesanais: trabalhadores livres, nacionais ou estrangeiros, que encontravam novas oportunidades de emprego. Sua colaboração foi decisiva na ação revolucionária desencadeada na década de 1880.

(Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, p. 330. Adaptado)

Para a historiadora, tal ação revolucionária refere-se

- (A) aos “caifazes”, que atuavam em São Paulo provocando a fuga de escravos das fazendas, preocupando proprietários e ameaçando feitores, surrando capitães-do-mato.
- (B) à deliberada ação dos empresários ligados às empresas colonizadoras, que pressionavam todas as esferas de poder no sentido de abolir a escravidão.
- (C) à pressão política da ala radical do Partido Republicano Paulista para que a Assembleia Provincial de São Paulo aprovasse leis abolicionistas.
- (D) à recorrente sabotagem contra o sistema ferroviário paulista, com o intuito de não permitir que escravizados que chegam pelo porto de Santos atingissem São Paulo.
- (E) a um grupo de cafeicultores do Vale do Paraíba, que, antes da abolição, concedeu inúmeras alforrias, transformando os escravizados em assalariados.



54. O desenvolvimento dos estudos de história econômica e o aparecimento de monografias sobre o movimento republicano ofereceram novos subsídios para a interpretação do movimento de 1889. Os historiadores tentaram fazer uma análise mais objetiva dos acontecimentos, partindo de uma nova problemática e recorrendo a novas fontes de informação. Abandonando as versões subjetivas dos testemunhos, procuraram explicar a queda da Monarquia pela inadequação das instituições vigentes ao progresso do país.

(Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, p. 451)

Partindo do exposto no fragmento, para a historiadora Emília Viotti, a República foi, em síntese, resultado

- (A) do choque de interesses no processo de formação dos Estados nacionais na América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente, cujos conflitos levaram ao desgaste da monarquia brasileira, possibilitando a influência dos países do Prata ao nascente movimento republicano no Brasil.
- (B) do conflito das forças que seguiam atuando na disputa pelo controle econômico, no contexto internacional do período, a Inglaterra, que buscava consolidar seu aparato imperialista na América Latina, assim como os EUA, país que despontava como potencial liderança política para o continente.
- (C) da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial, sendo que o Exército, identificado com os interesses da classe média, realizou a mudança do regime que deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade.
- (D) de uma correção necessária aos vícios do regime monárquico – partindo-se da visão positivista que orienta a obra da autora –, em que os abusos do poder pessoal, centralização excessiva e fraudes eleitorais, provocaram indignação nacional, dando força ao movimento republicano.
- (E) do movimento de uma minoria pouco significativa do Exército, que pleiteava a mudança do regime à revelia do povo e em benefício próprio, aliada ao clero indisposto com a interferência da coroa na Igreja e a fazendeiros ressentidos com a abolição da escravidão no Brasil.

55. A Constituição de 1891 estabeleceu os três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – “harmônicos e independentes entre si”. O Poder Executivo, que antes coubera ao imperador, seria exercido por um presidente da República, eleito por um período de quatro anos. Como no Império, o Legislativo foi dividido em Câmara de Deputados e Senado, mas os senadores deixaram de ser vitalícios.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 250)

Em relação ao processo eleitoral, essa Constituição, segundo Boris Fausto,

- (A) ampliou o direito à participação política, porque poderiam ser inscritos como eleitores todas as pessoas que moravam no país, independentemente de serem brasileiros natos ou imigrantes.
- (B) determinou que apenas os homens, maiores de 18 anos, fossem registrados como eleitores, ainda que as mulheres casadas, que trabalhassem fora do lar, também possuíssem o direito ao voto.
- (C) manteve um preceito legal da Carta de 1824, que permitia a cidadania plena, com direito a votar e ser votado, aos homens, maiores de 21 anos, que comprovassem ser proprietários, no campo ou na cidade.
- (D) assegurou o direito ao voto a todos os brasileiros, que seriam classificados como eleitores de primeiro e segundo graus.
- (E) estabeleceu o sistema do voto direto e universal, considerando eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos e praças militares.

56. Muito valorizado pelos estudos sobre o período [primeiro governo Vargas, de 1930 a 1934] – sobretudo no que tange ao tratamento dado ao capital estrangeiro –, ele costuma ser interpretado como fruto de uma escolha política conscientemente ditada pelo esforço de construir um capitalismo nacional autônomo no país. Sem desprezar o conteúdo de realidade que o postulado possa ter tido para certos segmentos sociais, convém contextualizá-lo [...].

Antes de mais nada é preciso deixar de lado a ligação automática estabelecida entre o nacionalismo e a escassa penetração do capital forâneo no país à época.

(Sônia R. Mendonça. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. Em: Maria Yedda Linhares (org.). *História Geral do Brasil*, p. 248-249)

Considerando o contexto apresentado pelo excerto, segundo a autora, a “opção nacionalista” do período foi uma decorrência

- (A) das disputas políticas internas travadas entre a nascente burguesia industrial que se constituía e a aristocracia agrária beneficiada pelo comércio exterior.
- (B) da redefinição do capitalismo internacional, após a crise de 1929, o que provocou a não disponibilidade de recursos e tecnologia no mercado mundial.
- (C) das políticas protecionistas adotadas pelos países mais ricos, que dificultavam o escoamento de produtos industrializados brasileiros ao mercado internacional.
- (D) da implementação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que tinha como finalidade estimular o desenvolvimento do mercado interno brasileiro.
- (E) da recusa do governo brasileiro em participar de acordos comerciais com o bloco europeu, em razão da pressão exercida pelos Estados Unidos.

57. A indefinição foi superada quando, entre 5 e 17 de agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Sob pressão de grandes manifestações populares, o Brasil entrou na guerra ainda naquele mês. O alinhamento brasileiro ao lado da frente antifascista se completou com o envio de uma força expedicionária – a FEB – para lutar na Europa, a partir de 30 de junho de 1944.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 382)

Segundo o historiador Boris Fausto, o envio da FEB à Europa foi

- (A) parte de uma deliberação conjunta dos participantes da Conferência Pan-Americana, em torno da defesa da união entre as três Américas, independentemente do regime político vigente em cada país, sob o comando dos EUA.
- (B) uma decisão do governo brasileiro, que teve que superar restrições de alguns dirigentes americanos e ingleses, pois estes consideravam problemático integrar tropas brasileiras, com sucesso, ao esforço de guerra dos Aliados.
- (C) uma exigência do governo dos EUA, em troca do financiamento para instalação de indústrias estatais de base, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, e para implementação da indústria bélica no Brasil.
- (D) uma pressão do Reino Unido, que buscava ocupar o vazio deixado pela Alemanha no comércio com a América Latina, voltando parte do seu orçamento, antes utilizado para a guerra, para a retomada de investimentos no mercado brasileiro.
- (E) uma imposição das forças aliadas, em razão do acordo político-militar, assinado em caráter secreto, com vistas à concessão de tecnologia militar e bélica, em troca do fornecimento de matéria-prima, tais como minério de ferro e manganês.

58. O novo governo, encabeçado pelo General Castelo Branco, altera profundamente a política econômica do país, chamando para o ministério dois políticos identificados com uma linha mais ortodoxa, Roberto Campos e Bulhões de Carvalho. As medidas tomadas pela nova equipe objetivavam a retomada imediata do desenvolvimento econômico e a contenção da inflação.

(Maria Yedda Linhares (org.).  
*História Geral do Brasil*, p. 293. Adaptado)

Uma das medidas adotadas, pela equipe mencionada no fragmento, foi constituída

- (A) pela ampliação da autonomia dos estados, possibilitando maior competitividade entre estes, propiciando o aquecimento do mercado interno.
- (B) pela diminuição da presença do Estado nas relações de mercado, deixando de atuar na indexação de reajustes salariais e de remuneração de capitais.
- (C) pelo aumento da intervenção do Estado na economia do país, com a estatização de setores estratégicos para a industrialização almejada.
- (D) pela liberalização da entrada, ação e saída de capitais estrangeiros no país, revogando a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior.
- (E) pelo maior controle dos preços dos produtos da cesta básica e outros do setor de alimentos, com vistas à redução do processo inflacionário.

59. A política de Delfim, que ficou conhecida como “milagre econômico”, estendendo-se de 1963 a 1973, destinava-se a promover o que se chamou de desenvolvimento capitalista associado. Seria engano pensar que essa política aplicava uma receita liberal, deixando à “mão invisível do mercado” a tarefa de promover o desenvolvimento.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 486. Adaptado)

A afirmação feita pelo historiador Boris Fausto no fragmento pode ser explicada pelo fato de que o governo Médici

- (A) intervinha em uma extensa área, indexando salários, concedendo créditos e isenções de tributos aos exportadores.
- (B) criou o Banco Central para gerir a política econômica com autonomia, garantindo o poder de compra da moeda.
- (C) buscou substituir as importações e aumentar as exportações, propiciando a redução expressiva da dívida externa do país.
- (D) promoveu um rápido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), propiciando uma melhor distribuição de renda no país.
- (E) privatizou empresas estatais em diversas áreas, especialmente nos setores de energia, petroquímica e siderurgia.

60. Com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país [...].

Por outro lado, a Constituição refletiu o clima de instabilidade vivido pelo país, pois nasceu com o destino de durar pouco, na sua forma original.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 525-526)

Um dos aspectos que corroboram o contexto apresentado pelo excerto refere-se ao fato de que

- (A) os partidos políticos legalizados ficaram restritos aos já existentes, desde a reforma eleitoral de 1985, motivo pelo qual foi necessária uma Emenda Constitucional, aprovada em 1995, para possibilitar a liberdade de criação de partidos.
- (B) o texto constitucional, por ser muito abrangente, acabou entrando em assuntos que tecnicamente não deveriam ser abordados, a exemplo dos direitos e garantias aos povos originários acerca de suas terras e tradições.
- (C) a definição do sistema de governo e da forma republicana ficaram sujeitas a um plebiscito, ocorrido em 1993, em que a população deveria optar entre a monarquia ou a República e entre o sistema presidencialista ou parlamentarista.
- (D) o Poder Judiciário teve sua atuação independente enfraquecida, uma vez que foi impedido de julgar atos do Executivo e Legislativo, o que suscitou a revisão do texto constitucional um ano após sua promulgação.
- (E) nessa Carta, mesmo sendo conhecida como a Constituição Cidadã, os direitos sociais garantidos foram pouco significativos, quando comparada à Carta de 1946, especialmente no que se refere aos direitos individuais e políticos.

